

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1507312 - SP (2019/0143993-8)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS**  
**ADVOGADOS : NICOLLAS MENCACCI E OUTRO(S) - SP361244**  
**RICARDO BRITO COSTA - SP173508**  
**AGRAVADO : FUNDACAO ANTONIO E HELENA ZERRENNER**  
**INSTITUICAO NACIONAL DE BENEFICENCIA**  
**ADVOGADOS : ANA CAROLINA SAÚD MARQUES - SP214188**  
**MARTA KABUOSIS E OUTRO(S) - SP094972**  
**VICTOR WARREN PALUMBO - SP360783**  
**MARCOS MIGUEL DOS ANJOS - SP157701**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. GÁS NATURAL. DÉBITO. INEXIGIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO FICTO. INOCORRÊNCIA. CANCELAMENTO OU TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO SERVIÇO. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. O acolhimento do prequestionamento ficto de que trata o art. 1.025 do CPC/2015 exige do recorrente a indicação de violação do disposto no art. 1.022 do mesmo diploma, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo

dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1067275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017), providência desatendida, *in casu*.

3. A Corte local entendeu que "as dívidas oriundas da prestação de serviços de gás canalizado possuem natureza 'propter personam', isto é, têm caráter estritamente pessoal, de modo que o responsável pelo seu pagamento é o efetivo usuário do serviço prestado, independentemente de alteração de titularidade perante o cadastro da concessionária, bastando para a desconstituição da dívida, no caso, a comprovação do real beneficiário."

4. O acolhimento da tese recursal – de que os valores são exigíveis porque "os documentos acostados aos autos pela Recorrida não são suficientes para comprovar que fora solicitado o cancelamento do

contrato firmado em seu nome ou a transferência da titularidade" reclamam inevitável revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

5. É inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial (alínea "c" do art. 105, III, da CF), quando o recorrente não demonstra o alegado dissídio jurisprudencial, nos termos legais e regimentais.

6. A interposição de agravo interno não inaugura instância recursal, razão pela qual se mostra indevida a majoração dos honorários advocatícios prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015. Precedentes.

7. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator